março último foi capaz de compensar as perdas acumuladas durante a fase crítica de baixas. Além disso, a sistemática de vendas do cacau brasileiro termina por fixar o preço de venda ao exterior com três a seis meses de antecedência. Portanto, a melhora das cotações externas resultará em maiores preços médios de exportação somente a partir de abril ou maio, cujas estatísticas não estão, ainda, disponíveis.

Provavelmente, o resultado final das exportações de cacau em 1983 apresentará alguma melhora em comparação com o ano anterior. A safra temporã, que esteve seriamente ameaçada pela seca dos últimos meses de 1982, recuperou-se surpreendentemente. Na época, previa-se que a colheita do temporão não ultrapassaria a casa das 2,2 milhões de sacas de 60 kg, contra 3,17 milhões de sacas obtidas no ano anterior. Porém, o clima tornou-se bastante propício à cultura a partir de janeiro/fevereiro e, hoje, estima-se que o temporão renderá entre 2,6 e 2,8 milhões de sacas. Na verdade, a seca do final de 1982 provocou a perda de, aproximadamente, 500 mil sacas e atrasou o início da colheita, o que, em grande medida, explica as cotações elevadas hoje praticadas na Bahia (cerca de Cr$ 12.000,00 por arroba, que podem ser comparadas com os dados do Gráfico 1). A safra principal, cuja colheita se iniciará em outubro vindouro, não conta ainda com estimativas numéricas. Contudo, fontes locais informam que as condições climáticas são, até agora, francamente favoráveis a um bom resultado.

É provável, portanto, que, durante 1983, as exportações brasileiras não venham a sofrer restrições decorrentes da disponibilidade interna. O resultado final do ano, em termos de receita cambial, dependerá, primordialmente, da evolução das cotações externas. A primeira previsão de receita divulgada pela Cacex, estabelecia a meta de US$ 500 a US$ 550 milhões. Posteriormente, esta previsão foi alterada e, hoje, as autoridades esperam arrecadar US$ 600 milhões com as vendas externas de cacau, em 1983.

Esta meta é factível, pois é provável que, em 1983 e, mesmo em 1984, o mercado de cacau reserve dias melhores aos países exportadores. Contudo, é preciso cautela. Em razão da recuperação dos preços internacionais e dos problemas vários que afetam a cultura nos países africanos, alguns analistas já sugeriram que o cultivo de cacau seja estimulado no Brasil, de forma a ocupar os espaços que estão sendo cedidos pelos africanos. É bom repetir: é preciso cautela. A crise enfrentada por alguns produtores da África Ocidental, provavelmente abrirá novos espaços no mercado externo de cacau. É preciso lembrar, contudo, que a recuperação da cacauicultura africana, assim como o impulso pretendido no Brasil, depende, principalmente, de fatores políticos, ao menos na fase inicial. Além disso, a crise econômica que o Brasil atravessa, cuja superação exige muito mais do que, apenas, o crescimento da receita de exportações, parece indicar outras prioridades. As lições da fase recente do Procacau não podem ser esquecidas tão rapidamente.

CAFÉ

Boas perspectivas para a receita cambial

No início do ano, as autoridades federais ligadas à cafeicultura estabeleceram a meta de exportação de café para 1983 em 17 a 17,5 milhões de sacas de 60 quilogramas, as quais, segundo prevêem, renderão ao país entre US$ 2 bilhões e US$ 2,2 bilhões. Até agora, transcorridos os primeiros quatro meses, os resultados obtidos são satisfatórios. Há, inclusive, analistas que acreditam na superação da estimativa de receita. Contudo, o IBC ainda mantém sua previsão inicial. No período entre janeiro e abril foram vendidas 5,6 milhões de sacas e arrecadados US$ 746,8 milhões. A quantidade exportada é levemente inferior à do primeiro quadrimestre de 1982 (5,7 milhões) e a receita cambial deste ano aumentou em aproximadamente 10% (ver Quadro 1).

A boa performance, mais uma vez, deve ser creditada, fundamentalmente, a dois fatores: no que tange ao comportamento das cotações externas,

o Acordo Internacional do Café continua a desempenhar papel preponderante; em relação ao *quantum* exportado pelo Brasil, é preciso assinalar que o maior dinamismo, conseguido de alguns anos para cá, decorre, em grande medida, da política de comercialização externa de café, que se consubstancia na assinatura de contratos de fornecimento, negociados anualmente pelo IBC com os importadores do produto. Nesta estrutura de comercialização, destaca-se a flexibilidade que advém do sistema de determinação do preço final do café brasileiro.

Os resultados favoráveis obtidos nos primeiros meses do ano ainda não asseguram, é claro, o cumprimento das metas oficiais. Indicam, contudo, que sua consecução é possível. Analisando a questão pelo ângulo apenas aritmético, o limite inferior da meta relativa à quantidade será atingido, se o país conseguir exportar 11,4 milhões de sacas durante o período entre maio e dezembro de 1983. Isto equivale a aumentar a média mensal das vendas, das atuais 1,407 milhão de sacas para 1,421 milhão de sacas/mês (+1%). Este pequeno aumento não é tão fácil de ser conseguido como à primeira vista parece, pois terá de se realizar, basicamente, através do crescimento das vendas para países não-signatários do Acordo Internacional. Vale dizer: para que o país exporte 17 milhões de sacas, em 1983, será preciso cumprir integralmente sua quota junto à OIC e, além disso, exportar 1,3 milhão de sacas para o mercado constituído pelos países não-signatários do Acordo, os não-membros. No período de janeiro a abril de 1983, a média mensal das exportações brasileiras para estes países foi de 84 mil sacas; será preciso elevá-la, durante o período entre maio e dezembro de 1983, para 124 mil sacas (+48%). Considerando, no entanto, os resultados de anos anteriores, esta meta é perfeitamente viável. No ano passado, o Brasil exportou para os não-membros 1,7 milhão de sacas e, em 1981, 2,5 milhões de sacas. Contudo, o Brasil e outros países produtores estão empenhados, atualmente, em um esforço diplomático que objetiva aumentar o controle da OIC sobre as transações do mercado de países não-membros. Este envolvimento poderá trazer algum constrangimento à necessária agressividade das vendas brasileiras para estes países.

Com relação à estimativa da receita cambial (US$ 2 bilhões a US$

QUADRO 1

BRASIL — Exportações de Café para Países-Membros e Não-Membros da OIC — Janeiro a Abril de 1982 e de 1983

	1982			1983		
	Quantidade sc de 60 kg	Valor (US$ mil)	Preço Médio US$/sc	Quantidade sc de 60 kg	Valor (US$ mil)	Preço Médio US$/sc
Membros	5.307.819	639.335	120,45	5.292.484	711.254	134,39
Não-membros	365.118	42.949	117,63	335.586	35.526	105,86
Total	5.672.937	682.284	120,27	5.628.070	746.780	132,69

FONTE: IBC.

2,2 bilhões), vendo-se apenas o aspecto numérico da questão, a meta parece mais fácil de ser atingida. Nos primeiros quatro meses do ano, o preço médio das exportações totais de café situou-se em US$ 132,69/saca. Supondo-se que o país exporte, de fato, as 17 milhões de sacas pretendidas e que o preço médio do período de maio a dezembro de 1983 seja idêntico ao do primeiro quadrimestre, a receita cambial superará o limite superior da previsão governamental, situando-se em US$ 2,256 bilhões. Na hipótese do mercado ceder alguns pontos, o limite inferior da previsão (US$ 2 bilhões) estará assegurado, se o preço médio situar-se, no mínimo, em US$ 117,65/saca.

Na realidade, porém, são diversos os fatores que, até o final do ano, poderão facilitar ou dificultar a consecução das metas de exportação de café. No plano macroeconômico, as dificuldades cambiais dos países do Terceiro Mundo, muitos deles exportadores de café, estão longe de serem resolvidas. Por outro lado, esboça-se uma reação das economias ocidentais desenvolvidas, o que, teoricamente, poderia gerar um aumento da demanda internacional de café. No entanto, a evolução dos níveis de consumo nos principais países importadores, nos últimos quinze a vinte anos, não aconselha otimismo. Ressalte-se, ainda, que a recuperação econômica citada, apenas se inicia e não é certo, sequer, que persista.

Dados do USDA demonstram que o consumo *per capita* norte-americano de café, durante o inverno, declinou 40% entre 1962 e 1982. Há vinte e um anos, o consumo era de 3,12 xícaras por pessoa/dia, durante os meses de inverno. Desde então, o consumo *per capita* declinou continuadamente. Em 1981, era de 1,92 xícaras por pessoa/dia e no ano passado caiu para 1,9 xícaras. Na Europa Ocidental, o segundo maior bloco importador, o consumo vinha aumentando regularmente nas duas últimas décadas, compensando parte das perdas ocorridas nos EUA. No entanto, estudo recente do Banco Mundial afirma que o crescimento do consumo na Alemanha e no Reino Unido está diminuindo. O referido estudo alerta, inclusive, para a possibilidade de queda do consumo *per capita* nesses países, durante os próximos anos.

Dois outros fatores, de influência mais imediata, certamente contribuirão para definir o rumo do mercado externo do café, nos próximos meses: a possibilidade de ocorrência de geadas no Brasil e as negociações, no nível da OIC, para conter a expansão do comércio ilegal de café.

O primeiro fator poderia alçar as cotações internacionais a níveis incalculáveis. No entanto, a ocorrência ou não de geadas está, ao ver da análise econômica, restrita ao campo do imponderável, não cabendo aqui alongar esta discussão. Apenas a título de registro, em 1983, a sensibilidade das cotações internacionais aos informes sobre aproximação de massas frias nas regiões produtoras do Brasil deverá ser maior do que normalmente. Isto porque, segundo prevêem especialistas, o inverno de 1983 deverá reunir condições propícias à ocorrência de geadas.

Também a questão do comércio ilegal do café há muito preocupa as autoridades dos países produtores. No início do ano, por iniciativa brasileira, um grupo de países exportadores resolveu enfrentar, diplomaticamente, a questão. Considerando os interesses envolvidos, o grupo demonstrou, até o momento, surpreendente capacidade de articulação política.

Como se sabe, as vendas ilegais de café que, nas estatísticas oficiais, escondem-se sob a rubrica de "exportação para não-membros", vêm crescendo a taxas elevadíssimas (ver Quadro 2). Em 1978, o mercado de não-membros transacionou 5,3 milhões de sacas; daí em diante, as vendas cresceram em cerca de 1 milhão de sacas por ano, situando-se em 9 milhões de sacas, no ano passado. Enquanto isso, as exportações reguladas pelo Acordo Internacional permaneceram praticamente estagnadas. Como explicar a disparidade entre o crescimento desses dois mercados? Os observadores são unânimes em afirmar que uma parcela dos embarques realizados oficialmente para os países não-membros acaba sendo comercializada nos países signatários do pacto.

O comércio ilegal, que representa a quase totalidade dos acréscimos

das transações do mercado de não-membros, traz ameaças seríssimas à vigência do Acordo Internacional e, portanto, é contrário aos *interesses globais* dos países filiados. No entanto, este comércio floresce, é claro, somente porque atende aos *interesses individuais* destes mesmos países. O país comprador tem, na transação, uma vantagem óbvia: realiza importações de café a um preço que equivale a pouco mais da metade da cotação oficial. Os países produtores, por sua vez, vêem, neste negócio, atrativos irresistíveis, a despeito do reduzido preço que obtém.

Na verdade, o Acordo Internacional do Café gerou dois mercados de um mesmo produto, com preços diferentes. No primeiro, as cotações são determinadas, em grande medida, nas reuniões da OIC, quando são estabelecidos preços de intervenção, quotas global e individual etc. . . Estes mecanismos têm propiciado relativa imunidade às cotações do café transacionado neste mercado aos efeitos baixistas decorrentes da atual crise econômica. No segundo mercado (não-membros) as cotações flutuam livremente. No processo de formação dos preços deste mercado interferem fatores diversos como, por exemplo, a demanda por divisas dos países produtores, a relação quota/produção obtida, o custo da estocagem, a impunidade da transação e o diferencial entre os preços dos dois mercados etc. . . Em razão dos preços muito menores, os países importadores não-hegemônicos cada vez têm menos interesse em participar da OIC. Os países produtores, embora desejem preservar o Acordo, desejam também manter sua participação (a mais exclusiva possível) no mercado de não-membros.

Num certo sentido, o comércio ilegal é fruto do próprio Acordo In-

QUADRO 2

CAFÉ — Exportações de Alguns Países-Membros da OIC para Países não Filiados à Organização 1978 a 1982 (Em Milhares de Sacas de 60 kg)

	1978	1979	1980	1981	1982
Colômbia	526	678	954	624	902
Costa Rica	113	87	26	329	432
Equador	205	248	166	112	486
Guatemala	6	29	8	240	706
México	25	236	38	62	233
Brasil	1.631	1.746	1.951	2.536	1.732
Indonésia	75	56	185	611	1.497
Costa do Marfim	717	632	693	816	588
Total	5.342	5.740	6.548	8.246	9.047

FONTE: Complete Coffee Coverage.

ternacional do Café. Os mecanismos utilizados pelo AIC permitem controlar, com eficiência aceitável, a evolução da oferta internacional de café. Porém não interferem diretamente sobre a evolução da produção mundial. É claro que, a longo prazo, o acúmulo de estoques incolocáveis no mercado oficial levará cada país a rever a dimensão de seu parque cafeeiro. No curto e médio prazos, porém, os produtores preferem conviver com uma produção superdimensionada em relação à sua quota, a reduzir o parque cafeeiro, ou a romper com o AIC. Esta última hipótese soa como absurda, mas já assombra alguns observadores lúcidos. Do ponto de vista de cada país produtor, só há interesse em permanecer no Acordo enquanto a composição entre os preços médios das exportações para países-membros e para não-membros for suficientemente alta, a ponto de justificar o acúmulo de excedente. Se o preço médio das exportações cair abaixo de determinado nível, restará ao país reduzir sua produção ou romper o Acordo para, então, vender a totalidade da safra a um preço unitário

QUADRO 3

BRASIL — Evolução do Valor Bruto de Liquidação da Cambial de Café
Café Verde Tipo 6 — 1983

Data do Reajuste do Confisco	Preço Mínimo de Registro US$/sc	Confisco Cambial US$/sc	Δ%	Valor Bruto da Cambial US$/sc	Taxa de Câmbio Cr$/US$	Δ%	Valor Bruto da Cambial Cr$/sc	Δ%
05/1	171,60	50,00	–	121,60	251,41	–	30.571,46	–
06/1	–	51,50	3,00	120,10	255,98	1,82	30.743,20	0,56
11/1	–	53,00	2,91	118,60	259,69	1,45	30.799,23	0,18
19/1	–	54,50	2,83	117,10	264,78	1,96	31.005,74	0,67
24/1	–	56,00	2,75	115,60	269,28	1,70	31.128,77	0,39
28/1	–	57,30	2,32	114,30	273,91	1,72	31.307,91	0,57
03/2	–	58,70	2,44	112,90	278,70	1,75	31.465,23	0,50
11/2	–	60,50	3,07	111,10	285,11	2,26	31.675,72	0,66
17/2	–	62,50	3,31	109,10	291,95	2,40	31.851,75	0,55
21/2	–	86,00	37,60	85,60	379,54	30,00	32.488,62	1,99
02/3	–	87,00	1,16	84,60	386,71	1,89	32.715,67	0,69
09/3	–	87,50	0,57	84,10	394,06	1,90	33.140,45	1,29
16/3	–	88,60	1,26	83,00	403,32	2,35	33.475,56	1,01
25/3	–	89,80	1,35	81,80	415,46	3,01	33.984,63	1,52
05/4	–	90,60	0,89	81,00	423,98	2,05	34.342,38	1,05
13/4	–	91,40	0,88	80,20	432,29	1,96	34.669,66	0,95
20/4	–	92,00	0,66	79,60	440,55	1,91	35.067,78	1,14
28/4	–	93,00	1,09	78,60	452,67	2,75	35.579,86	1,46
05/5	–	94,00	1,08	77,60	462,00	2,06	35.851,20	0,76
12/5	–	95,00	1,06	76,60	471,93	2,15	36.149,84	0,83

FONTE: IBC e Conjuntura Econômica.

menor, porém sem os custos da estocagem.

Esta perspectiva não é iminente. Contudo, os estoques internacionais atingirão, em breve, níveis perigosos, a menos, é claro, que problemas climáticos inesperados ocorram. Segundo o USDA, o estoque final da safra 1982/83 será de 40,156 milhões de sacas contra 44,574 milhões estimados para a estação anterior. O pequeno decréscimo (pouco mais de 4 milhões de sacas) deu-se em razão da quebra da produção brasileira do ano passado, que foi prejudicada pelas geadas de 1981. É preciso observar, portanto, que a redução da colheita brasileira de 1982 (algo entre 10 a 15 milhões de sacas) resultou em um decréscimo de apenas 4 milhões de sacas no estoque final do conjunto dos países produtores. A próxima colheita brasileira gerará um excedente de pelo menos 6 milhões de sacas, contribuindo para dilatar ainda mais o estoque mundial da estação 1983/84.

A dimensão da colheita brasileira de 1983 tem sido fonte de preocupação para todos os envolvidos nos negócios do café, principalmente para as autoridades do país, que terão de administrar sua comercialização. O IBC que, no final do ano passado, previa a produção de 1983/84 em 29,4 milhões de sacas, ainda não divulgou os resultados da segunda estimativa. O mercado, porém, acredita que seu resultado superará o da primeira. Algumas fontes do setor privado chegam a afirmar que a produção ficará em torno de 35 milhões de sacas, gerando um excedente de cerca de 11 milhões de sacas. Exageros à parte, parece certo que o país produzirá entre 30 e 33 milhões de sacas este ano e que, em conseqüência, o IBC será levado a comprar uma parcela substancial deste montante.

A questão que deve estar preocupando mais as autoridades governamentais é saber de quanto será esta parcela. A resposta a esta pergunta, é claro, depende primordialmente do novo preço de garantia a vigorar a partir de 1º/7/83, da periodicidade dos reajustes deste preço-suporte e das condições de financiamento de estocagem da próxima safra. Esses elementos constituem a parte central do plano da safra 1983/84, ora em estudo.

Pouco tem vazado, até agora, sobre as decisões do governo a este respeito. Parece, contudo, que a hipótese de corrigir o preço de garantia de dezembro de 1982 pela inflação do período de dezembro a junho ou, muito menos, pela correção cambial do período, está descartada. No outro extremo, a "tese da manutenção da renda do setor", também foi arquivada. Esta tese é defendida, em anos de safra volumosa, por alguns segmentos governamentais e, em anos em que a safra cai significativamente, por algumas lideranças da cafeicultura, algumas das quais, por coincidência, estão hoje empenhadas em derrubar a proposta. Segundo esta tese, a variação da produção, de um ano para o outro, deve ser considerada para efeito de correção do preço de garantia. Assim, o preço de garantia de 1983/84, seria calculado da seguinte maneira: a produção obtida em 1982/83 (16,2 milhões de sacas) é multiplicada pelo preço médio da estação; o resultado, dividido pela previsão de safra para 1983/84 (29,4 milhões de sacas), e está determinado o valor médio do preço de garantia da estação. É claro que o produtor, quando a safra aumentasse, seria fortemente prejudicado. Nos anos de quebra de safra, no entanto, o preço médio garantido sofreria um aumento significativo em comparação com os doze meses anteriores. Justamente porque esta tese atende, em algumas oportunidades, aos interesses de setores do governo e, em outros, aos dos produtores, volta e meia assistimos sua reapresentação. Pena que as partes nunca se disponham a discutir a proposta na totalidade de suas conseqüências. Limitando-se a repetir, às avessas, os argumentos defendidos pelo interlocutor, algumas vezes, poucos meses antes. De qualquer forma, parece provável que, em 1983/84, esta proposta não venha a ser implementada.

Segundo algumas fontes do setor privado, existem, hoje, duas propostas básicas sob a consideração das autoridades. Na primeira hipótese, o IBC corrigiria o preço de garantia de dezembro de 1982 por 50 a 70% da inflação ocorrida durante o período dezembro/junho e, a partir de agosto, reajustaria mensalmente o

preço de garantia conforme a evolução inflacionária. Neste caso, as compras do IBC concentrar-se-iam nos primeiros quatro a seis meses do ano-safra. A menos que a tendência de estabilidade das cotações externas seja interrompida, o produtor brasileiro procurará vender sua colheita o quanto antes, pois a indexação, ainda que mensal, garantirá, apenas, a correção da inflação na remuneração do agricultor. É claro que a situação é diferente, se se consideram os produtores que têm acesso ao crédito subsidiado para estocagem.

Na segunda hipótese em estudo, o preço de garantia de dezembro passado seria corrigido em 70 a 90% da inflação do período dezembro/junho e a periodicidade do reajuste seria trimestral, a partir de outubro de 1983. Se esta proposta for adotada e se a tendência das cotações externas não se alterar, o IBC, possivelmente, comprará uma quantidade ainda maior de café do que na hipótese anterior. Este cenário é, também, menos favorável ao produtor rural, pois contribuirá para agravar o natural afrouxamento das cotações internas, decorrente da entrada no mercado de uma grande safra. Isto porque o cafeicultor que não vender boa parte de sua colheita aos preços do início do ano-safra e não puder esperar a correção do preço de garantia em outubro, terá que aceitar um deságio de preço para vender café que, provavelmente, superará a maior correção do preço de garantia inicial.

A menos que o IBC não conceda reajustes periódicos do preço de garantia, a autarquia terá que adotar uma política mais suave de correção da taxa da contribuição a partir de julho. Do início do ano até a decretação da maxidesvalorização do cruzeiro (meados de fevereiro), o IBC reajustava o confisco a cada correção do câmbio em proporção tal que, praticamente, eliminava os ganhos decorrentes do reajuste monetário. Nesta fase (ver Quadro 3), a taxa de câmbio foi corrigida em 16% e o valor bruto da "cambial do exportador" de café aumentou apenas 4%. Por ocasião da maxidesvalorização, o tratamento do IBC foi, também, bastante rigoroso. Enquanto os demais produtos agrícolas de exportação sofreram a imposição de um tributo extra cuja alíquota máxima era de 20% e que, em vários casos já foi bastante reduzida, o café sofreu um reajuste do confisco que equivaleu a um imposto de exportação de 21,5%.

Depois da máxi, esta prática modificou-se um pouco. O IBC continuou a corrigir o confisco a cada desvalorização do câmbio, porém em uma proporção menor do que anteriormente, permitindo que algum ganho em cruzeiros seja apropriado pelo exportador. Desde então, até 12/5/83, a taxa de câmbio foi desvalorizada em 22% e o valor bruto da "cambial" aumentou em 10,5%. Esta modificação no grau da indexação do confisco tem por objetivo permitir que o valor da cambial evolua mais rapidamente, de forma a comportar, em julho próximo, o novo preço mínimo a ser anunciado. Se o novo preço incorporar uma parte substancial da inflação do período dezembro/junho e passar a sofrer correção idêntica à inflação mensal, como asseguram algumas fontes, o IBC terá que congelar, novamente, o preço de garantia a partir do início do segundo semestre, pois é compromisso formal do governo ajustar a evolução da taxa de câmbio à variação inflacionária.

CANA-DE-AÇÚCAR

Grande produção interna e problemas no mercado externo

A safra 1982/83 de cana-de-açúcar encontra-se praticamente encerrada, tanto na Região Centro-Sul, que terminou sua colheita em fevereiro, como na Região Norte-Nordeste, onde a quantidade de cana que resta a ser processada, ainda nesta safra, é inexpressiva. A safra 1983/84 tem seu início previsto para 1º de junho, muito embora algumas usinas e destilarias, no Centro-Sul, já tenham antecipadamente iniciado a produção.

Os Quadros 1 e 2 permitem comparar os resultados da produção de açúcar e álcool obtidos na safra 1982/83 (posição até 30 de abril) com os da safra anterior, bem como examinar as metas de produção para a futura safra, explicitadas no Plano de Safra do IAA.